

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cid Varela

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Mauricio Dinepi

## Definir o futuro

O Governo assume a disposição de jogar duro na Constituinte. Numa etapa, para evitar a anistia a militares e empresários em votação nos próximos dias; noutra, para excluir da nova Constituição, na votação do turno final, o tabe lamento de juros, o voto aos dezesseis anos, a não-prescrição dos direitos trabalhistas, o turno de seis horas de trabalho e o amplo direito de greve.

Admite o chefe do Gabinete Civil da Presidência, ministro Ronaldo Costa Couto, que o Governo pretende intervir na Constituinte para evitar o tabelamento de juros, que o impediria de captar empréstimos externos. "O Brasil fica excluído do mercado financeiro oficial de capitais" - expressou claramente o ministro a posição governamental.

Em outro trabalho paralelo, os responsáveis pela área econômica também começam a adotar posições, junto à sociedade e aos constituintes, para obter a revisão desses pontos no texto final da Constituição. Propagam a incapacidade financeira do Estado para administrar os benefícios sociais pretendidos no trabalho da Constituinte realizado até aqui.

O Governo tem o direito de levar suas posições à Assembléia, assim como toda a sociedade através de seus segmentos organizados ou não. Assim agem os militares da reserva pela anistia e os empresários pelo perdão de suas dívidas bancárias. Na mesma linha, os sindicatos de empregados vão reagir contra revisão dos benefícios traba-

listas no próximo semestre.

Todos exercem seus direitos, mas é necessário que a pressão justa ou legítima não transborde para abuso de poder. A negociação é o recurso antigo e civilizado para dirimir os conflitos sociais antes que colorem em risco a estabilidade de todos. É preciso esgotar todos os níveis possíveis de entendimento sem sair para o confronto.

Que existem problemas na sociedade não se discute neste País de tantas carências. Os trabalhadores sofrem as suas necessidades de condições mais dignas e elevadas de vida. Os empresários sentem-se sem recursos, espoliados pelos impostos e desestabilizados por planos econômicos oficiais que se sucedem. Planos que o Governo cria e enterra sem permitir que empresas e cidadãos possam tracar-se uma linha dura-doura de trabalho.

Por seu lado, o Governo, além de estabelecer planos administrativos instáveis, não tem dinheiro em caixa para suportar os novos benefícios sociais, não consegue controlar a inflação e não reduz suas despesas para adequá-las ao padrão exigido pela conjuntura.

Todo esse quadro nacional reforça a necessidade de uma saída negociada para os conflitos antes que transformem-se em confrontos que desestabilizem a insegura vida dos brasileiros. O Brasil está às voltas com problemas dramáticos, mas, ao mesmo tempo, constrói o futuro e é preciso fazê-lo com pedras sólidas.